







DEMOCRACIA, PROMESSAS, UTOPIAS E (DES)ILUSÕES: DILEMAS E DISPUTAS NAS ARENAS PÚBLICAS





© Lema d'Origem – Editora, Ld.^a, 2017.

Título: *Democracia, promessas, utopias e (des)ilusões: dilemas e disputas nas arenas públicas*

Organização: José Manuel Resende e Catarina Delaunay

Editor: Lema d'Origem – Editora, Ld.^a | editora@lemadorigem.pt
Rua: Cimo do Povo, 23
5160-069 CARVIÇAIS (TMC)

Capa: Lema d'Origem - Editora
Revisão: Catarina Delaunay
Data de Edição: dezembro de 2017
Impressão: www.artipol.net

ISBN: 978-989-8890-00-9
Depósito Legal: 435188/17



Autores que contribuíram para a obra:

Alexandre Cotovio Martins
Ana Paula Mendes de Miranda
António Manuel Rodrigues Ricardo Batista
Beatriz Xavier
Bruno Frère
Catarina Delaunay
Fábio Reis Mota
François Romijn
Helena Reis do Arco
Inês Pedro Vicente
José Manuel Resende
Jovelino Muniz de Andrade Filho
Julien Charles
Luís Gouveia
Luiza Aragon Ovalle
Mário Soares
Pedro Duarte
Pedro Jorge Caetano
Ronaldo Lobão
Yolanda Gaffrée Ribeiro





ÍNDICE

PREFÁCIO – *Das promessas (u)tópicas às (des)ilusões: daquilo que as experiências democráticas nos trazem para as pensarmos a partir dos seus dilemas e disputas* – José Manuel Resende e Catarina Delaunay 9

PARTE 1 – Dinâmicas e processos sociais solidários nos contextos da modernidade (in)clusa: promessas, utopias e (des)ilusões da democracia 17

A Comissão de Liberdade Religiosa e a expansão de direitos de liberdade dos católicos aos demais “crentes cidadãos”, Ana Paula Mendes de Miranda 19

Ni utopie ni idéalisme. Une refonte matérialiste et critique de l’association est-elle possible?, Bruno Frère 45

Conjunturas económicas, direitos sociais e conceção assistida: oscilações dilemáticas nas promessas do projeto democrático da modernidade, Catarina Delaunay 67

Regimes de envolvimento associativo em torno do luto e da dor, Pedro Duarte 99

PARTE 2 – Nascer, viver e morrer nos contextos da modernidade (in)clusa: promessas, utopias e (des)ilusões da democracia 121

Viver e morrer no hospital: retratos sociológicos do desacordo nas relações familiares dos idosos em cuidados paliativos, Alexandre Cotovio Martins 123

“Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”: um estudo das narrativas sobre a hipertensão arterial, Beatriz Xavier 141

De um modelo biomédico de saúde a um modelo reflexivo de saúde: controvérsias públicas em torno das Diretivas Antecipadas de Vontade, Inês Pedro Vicente 155



Une esquisse de l'engagement de l'utilisateur aux prises avec le web en matière de santé, François Romijn 169

PARTE 3 – Trabalhar e envolver-se com as dinâmicas escolares nos contextos da modernidade (in)clusa: promessas, utopias e (des)ilusões da democracia 191

Entre o desempenho eficaz e a gestão da diversidade: controvérsias sobre os sentidos da atividade docente, José Manuel Resende e Luís Gouveia 193

A democracia à prova: o que podemos aprender com os estudantes, Pedro Jorge Caetano 223

PARTE 4 – Formação, emprego e participação no trabalho nos contextos da modernidade (in)clusa : promessas, utopias e (des)ilusões da democracia 241

Animação e Animadores Socioculturais: imprecisões, ambiguidades e incertezas de uma ocupação profissional num mundo em transformação, António Manuel Rodrigues Ricardo Batista 243

Promessas, utopias e (des)ilusões no domínio do trabalho e do emprego nos profissionais de enfermagem, Helena Reis do Arco 281

Coups et couts d'une participation démocratique, Julien Charles 293

PARTE 5 – Territórios, modos de habitar e biodiversidade nos contextos da modernidade (in)clusa: promessas, utopias e (des)ilusões da democracia 313

Quilombos e quilombolas: pertencimentos, territórios e vínculos sociais, Fábio Reis Mota, Yolanda Gaffrée Ribeiro e Luiza Aragon Ovalle 315

Brasil – Conservação da biodiversidade pela sociedade. Um sistema imaginário de uma gestão que não existe: o movimento social de servidores de unidades federais de conservação da natureza por um processo de mudanças, Jovelino Muniz de Andrade Filho 333

Acoplamentos e engajamentos em defesa de direitos culturais: a construção de ideologias e discursos que informam políticas de governo e ações na sociedade, Ronaldo Lobão 373

POSTFÁCIO – Conferência de Encerramento dos IV Encontros de Portalegre, Mário Soares 389



Das promessas (u)tópicas às (des) ilusões: daquilo que as experiências democráticas nos trazem para as pensarmos a partir dos seus dilemas e disputas

José Manuel Resende

Membro Integrado do CICS.NOVA e membro associado do Observatório da Juventude do ICS da UL (josemenator@gmail.com)

Catarina Delaunay

Membro Integrado do CICS.NOVA
(catdelaunay@gmail)

Os ideais democráticos que alimentam a *Democracia* não encontram uma garantia em si mesmos. Em contrapartida, estes são fruto de um processo histórico longo e sinuoso. O regime democrático define-se a partir das confluências tensas entre os eixos da liberdade e da igualdade, para além da sinuosidade provocada pelos dilemas decorrentes das interconexões entre um e o outro destes dois eixos. A historicidade destes ideais mostra-se complexa, se a olharmos pelo óculo de uma *Sociologia Política da fabricação do comum no plural nas socialidades modernas*, que se começa a alinhar muito lentamente, na Europa, entre os finais do século XVII e o início do século XVIII. Justamente pelos impasses resultantes de uma convergência entre *liberdade e igualdade*, que não tem sido realizada historicamente e, quando tal tem acontecido, as experiências autárquicas mais tirânicas ou despóticas ocorrem com todos os desmazelos autoritários conhecidos, armados pelo princípio da prudência, talvez não seja despiciendo pensar-se que um dos princípios superiores comuns da figura do justo no regime democrático tenha sido o eixo da fraternidade, hoje entendido mais como o eixo das solidariedades cívicas.

Assim, ao longo da sua história, os ideais democráticos de cidadania plena remetem para a conquista e constituição das liberdades civis, das garantias políticas e dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, estas três vertentes enformam-se em dispositivos legais de regulação e traduzem-se na definição de



políticas públicas que vão ganhando corpo e densidade nos finais do século XIX, em resultado das lutas políticas e constitucionais ocorridas sobretudo na Europa e encabeçadas por lideranças das elites sindicais operárias, de partidos operários e das sufragistas, que reivindicavam os mesmos direitos políticos já concedidos ao género masculino.

No entanto, foi difícil a transição entre uma «modernidade liberal restrita», de meados do séc. XIX, em que os direitos se restringiam a uma minoria da população mais educada e próspera, membros da classe burguesa, para a fase posterior, denominada de «modernidade organizada», em que se dá a extensão dos direitos a todos, particularmente aqueles cujas demandas são reclamadas por sindicatos e outras associações representativas das classes sociais e dos grupos profissionais (Wagner, 1996). As convenções políticas nascidas destas negociações fazem prova da extensão desses direitos, que são outorgados lentamente pelo Estado e com ritmos diferenciados segundo os países à escala planetária, sobretudo no continente europeu, onde emergem pela primeira vez os ideais democráticos atrás referenciados. Acresce que a própria crise atual das sociedades modernas encontra explicação na rutura do precário equilíbrio entre os dois dispositivos ou narrativas que compõem a modernidade, a saber, os conceitos de liberdade e de disciplina.

Desde os primórdios da sua formação, a legitimidade do Estado sempre esteve dependente da sua capacidade de apresentar uma perspectiva diferente acerca da natureza do laço político, da fonte da autoridade política e do funcionamento das instituições que serviam de intermediação. Ora uma das questões assinaladas por Michel Foucault (1991), na vasta obra dedicada à modernidade política da Europa, com um pendor nos países do centro e norte, prendeu-se com o questionamento sobre a governamentalidade, conceito aliado ao polo da narrativa sobre a disciplina.

As formas historicamente assumidas pelos atos de governação das condutas dos outros assumiram contornos e densidades diferenciadas, mas foram inicialmente marcadas por discussões em torno daquilo que se pode denominar como processos de autocontrolo das almas e dos corpos reclamados pelos eclesiásticos católicos e protestantes após os eventos históricos balizados pela reforma e contrarreforma ocorrida na Europa renascentista e que dá origem às religiões protestantes. Ora, se a pastoral religiosa é um dos motes para que, de um lado, se constituíssem questionamentos amplos sobre os procedimentos mais adequados para dar forma a condutas que começavam a ser alvo de censura política, porque inaceitáveis no espaço público, do outro lado, a figura do príncipe como égide



da governação das populações e dos territórios ganhou outros significados políticos porque estava em causa a configuração do Estado como a única instituição legítima para o exercício da violência visando o estabelecimento da ordem e da ordenação política dos corpos sociais saídos da decomposição do feudalismo, num primeiro momento, e do antigo regime, num segundo momento da história europeia.

A noção de «prova de Estado» (Linhardt, 2008) não designa apenas uma situação de tensão para o Estado mas engloba um conjunto quasi-experimental de processos pelos quais esta instância se torna objeto de elaborações e explicitações coletivas. As provas de Estado são variáveis tanto na sua extensão temporal, como em termos de intensidade ou das questões que levantam. Os exemplos são diversos, desde uma ameaça de greve ou a convocação de manifestações de rua até à aprovação de uma reforma administrativa, à emergência de conflitos interétnicos ou à eclosão de uma crise financeira traduzida no aumento das disparidades socioeconómicas entre ricos e pobres. A eclosão mais recente, a nível global, dos movimentos políticos de raiz populista importa ser questionada sob esta orientação, uma vez que a complexidade dos problemas que estes colocam na agenda pública, obriga a remeter para as análises sociológicas as experiências públicas das populações concebidas nas suas pluralidades de condições, no quadro da antropologia dos atores capacitantes, mas também no âmbito dos limites das capacidades de agir, nomeadamente quando estas experimentam em cenários múltiplos as suas fragilidades e vulnerabilidades, fazendo suspender aquilo que estas eram anteriormente capazes de fazer. As adesões críticas ou não de certas populações e o evitamento de outros nos envolvimentos suscitados pelas disputas públicas que o populismo traz às arenas públicas, entre as quais se salienta as consequências suscitadas pela crescente dinâmica das migrações internas e externas ao continente europeu, são um de vários dilemas individuais e coletivos que colocam à prova a problemática das formas de governação do Estado, dos outros e de cada um.

Numa era em que a liberalidade se alarga a todos os cidadãos, os bens públicos como a educação, a saúde, o emprego, o ambiente e os laços de solidariedade constituem domínios de excelência através dos quais os atores elaboram um trabalho crítico dirigido ao Estado enquanto entidade coletiva que redistribui a riqueza e codifica os comportamentos. O cidadão/eleitor/contribuinte, como sujeito de direitos e de obrigações morais e políticas, é também aluno, doente, munícipe ou beneficiário de políticas públicas e de apoios sociais. Mas é igualmente um cidadão que dirige a sua indignação



pública para outros domínios até então omissos no espaço público como a demanda de outros direitos relacionados com o género, as orientações sexuais, o real ecumenismo religioso, o reconhecimento da convivência igualitária interétnica e inter-racial ou a luta em torno das identidades regionais, sem esquecer a reivindicação por condições e oportunidades similares dos cidadãos que são providos de incapacidades diversas em função das suas vulnerabilidades.

A definição do acesso a «bens comuns» – como a escolarização, a saúde ou a justiça – e a sua distribuição, faz-se na articulação entre o geral e o particular, na gestão dos interesses coletivos com as diversas singularidades e necessidades individuais que compõem os diferentes mundos que se inscrevem nas sociedades modernas. A fabricação do comum no plural, com as suas ordens de grandeza e as ordenações hierárquicas que proporcionam, ocorre assim através de um trabalho compósito dos atores que procuram acolher a reivindicação e o reconhecimento das diferenças e pluralidades que se desenham nas sociedades contemporâneas.

No entanto, as promessas e utopias trazidas pelos ideais democráticos, ao longo de todo o processo de formação da modernidade política, geram por vezes desilusões e criam dilemas que transbordam para o espaço público. É de salientar o contraste entre «os ideais democráticos» e a «democracia real», entre o que foi efetivamente «prometido» e o que foi objetivamente «realizado». De entre as promessas não cumpridas pelo projeto político democrático idealizado, destaca-se o declínio da formação da cidadania, nomeadamente a nível da ampliação dos direitos sociais, como a igualdade e a participação cívicas, bem como a luta pelas liberdades individuais, em que as intenções uniformizadoras do Estado contrastam com o pluralismo modernizante.

As promessas idealizadas do Estado na sua forma democrática confrontam-se inelutavelmente com obstáculos resultantes de processos históricos e de realidades concretas (Trom, 2007) que, ao invés de integrarem e dignificarem os indivíduos, acabam por excluí-los e desqualificá-los, gerando ressentimentos, desafiliações e reivindicações nas arenas públicas. Entre o sujeito vulnerável e o sujeito capacitante tecem-se complexas ligações, que permitem compreender a formação de movimentos sociais coletivos. Pela mesma esteira é possível equacionar quando estão em causa as deslocações permanentes entre seres competentes e seres vulneráveis, ao longo das trajetórias individuais. Daí que as lógicas de quem sofre humilhações e desconsiderações diversas, mas também as lógicas de quem é adequadamente acolhido, experiencia a hospitalidade e o bem habitar os mundos sociais, e a política do ressentimento,



constituam dinâmicas compósitas e não lineares que contribuem para forjar a complexidade dos laços políticos entre uns e os outros.

A vivência, pelos cidadãos, de um autêntico exercício democrático, passa pelo debate nos vários quadrantes da sociedade civil, no sentido da elaboração, de forma participada, de uma agenda a nível de políticas públicas. Estas controvérsias e disputas públicas, associadas ao não cumprimento das promessas de cidadania e de democracia em construção, envolvem e mobilizam, com diferentes intensidades e amplitudes diversas, múltiplos atores, variados coletivos e diversas organizações. São várias as instâncias políticas e sociais que participam na discussão, como sejam os institutos públicos, os partidos políticos, as empresas, os sindicatos, as ONG ou as associações de cidadãos. Nas sociedades críticas, a questão da cidadania democrática para o novo século e milénio ganha novo fôlego, animada por um intenso debate político e ideológico nas arenas públicas que fazem parte do espaço público.

As conquistas históricas do Estado relacionam-se com as utopias de luta por justiça e equidade social. O processo de democratização fundamenta-se na passagem de um Estado autoritário e totalitário, assente em mecanismos de dominação e opressão, através da imposição da disciplina, da repressão e da alienação, para um Estado democrático assente nos valores e princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade, como proclamado pelas revoluções europeias do final do séc. XVIII. Tal processo histórico e social corresponde à transformação dos «súbditos» em «cidadãos» (Hosbsbawm, 1990).

No entanto, o cumprimento da promessa da ideia moderna de «Estado-nação», contida na Revolução Francesa, de abranger todos na definição e atribuição de direitos sociais e políticos, volta hoje a ser questionado. Recentemente, com as mudanças dos paradigmas económicos, o Estado do bem-estar social ou Estado Providência (*Welfare State*) tem vindo a dar lugar à doutrina do Estado mínimo, associado ao liberalismo político e económico.

Urge assim analisar e debater os dilemas e disputas que eclodem nas arenas públicas em torno das promessas, das utopias e das (des) ilusões associadas ao projeto político democrático na Modernidade.

Nos *IV Encontros de Portalegre* pretendeu-se debater estas linhas científicas e programáticas atrás descritas, convidando para tal investigadoras portuguesas e estrangeiras, cujos objetos de pesquisa cruzam diferentes problemáticas, desde a saúde à educação, passando pela solidariedade social e o território.

Na tradição dos três encontros já realizados, a ênfase é colocada nos projetos de pesquisa que foram desenvolvidos no âmbito do anterior Centro de



investigação denominado CESNOVA – alguns dos quais em colaboração científica com docentes do Instituto Politécnico de Portalegre – enquadrados num programa de investigação já fortemente alicerçado e denominado *Fazer, (des) fazer e (re) fazer o comum no plural nas Socialidades Modernas: Controvérsias, Vulnerabilidades e Reconhecimentos em Mundos Plurais*. Acresce que o trabalho realizado, segundo a matriz científica da Sociologia Pragmática, conta já com um número considerável de dissertações de mestrado, teses de doutoramento, projetos de post-doc e de investigação, alguns em curso e outros já concluídos. O crescimento deste coletivo tem sido notório ano após ano, com a entrada sucessiva de novos mestrandos e doutorandos que comungam do mesmo interesse em alargar o aprofundamento de questões que têm estado a alimentar outras e novas entradas na matriz plural da Sociologia Pragmática, que confere a este coletivo uma relativa unidade na diversidade problematizadora de assuntos que redesenham as dinâmicas sinuosas entre o público, o familiar e o íntimo.

Das linhas de investigação que têm vindo a ser desenvolvidas desde 2004 por um coletivo de investigadores portugueses, as questões que aquelas suscitam e os problemas encontrados na pesquisa têm animado um debate com colegas provenientes de outras unidades de investigação existentes, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Assim, estes encontros têm possibilitado a consolidação de redes científicas de cooperação a nível nacional e internacional, tanto em termos formais como informais, em Portugal, com instituições como o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) ou o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), instituição que acolhe os Encontros, em França, com o Groupe de Sociologie Politique et Moral da École des Hautes Études en Sciences Sociales, entretanto já extinto e ainda no Brasil, com colegas inseridos no Instituto Nacional de Investigação e Tecnologia que abriga o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense.

Cabe agora aos leitores uma apreciação sobre a qualidade dos textos aqui apresentados. Quem tenha acompanhado mais de perto esta aventura científica apercebe-se com mais propriedade das mutações que têm acontecido às temáticas orientadoras dos Encontros de Portalegre, cujo primeiro *meeting* foi realizado em 2009. E a diversidade e encadeamento dos tópicos não decorre ao acaso.

Na verdade, o propósito deste coletivo é interessar-se sobre temas e eixos de reflexão que contribuam para o desenvolvimento daquilo que pode ser



denominado como uma *Sociologia Política das Socialidades Modernas*. De uma primeira investida na antropologia capacitante que concorre para a *visibilidade dos públicos* aos processos que favorecem a *invisibilização de outros*, que jogam no evitamento da sua publicitação; o roteiro continuou no ano seguinte mas agora preocupado em debater os modos de *habitar, compor e ordenar as artes de (des) fazer os mundos plurais e os seus laços*; para seguidamente, num terceiro momento, nos lançarmos nas interrogações sobre as disputas em torno *das distribuições (in) justas de bens comuns* nas socialidades modernas, sem esquecer de equacionar as situações onde os atores *experiençiam ocorrências (in) decentes e (des) respeitosas*, agora do lado da problemática *do reconhecimento*; para num quarto momento a preocupação se centrar nas experiências vivenciadas na *democracia, nas suas promessas e (des) ilusões*.

Em todos eles, como aliás está expresso no programa de investigação que os tem apoiado, o propósito não é circunscrever o olhar e a sensibilidade da argúcia do observador em problemas restringidos a saberes sociológicos especializados, mas marcar a matriz dos problemas e das interrogações sociológicas a partir de alvos de espectro mais amplo e extenso, trazendo ao pensamento sobre as questões educativas, da saúde, da justiça, do trabalho, do território ou dos laços solidários, outros ingredientes pensados e retirados de outras áreas da Sociologia que não apenas os eixos habitualmente equacionados naqueles domínios. Estes cruzamentos são potencialmente estimulantes para a criatividade científica. Se a estes apoios adicionarmos os contributos que podemos recolher das outras ciências sociais como a antropologia, a etnologia, a história, a geografia e a filosofia analítica, fenomenológica, hermenêutica e política, então os resultados são ainda mais fecundos e extasiantes.

Estes são os itinerários que temos estado a percorrer de forma não linear, com vicissitudes e obstáculos de diversas naturezas, mas sempre com tentativas de os ultrapassar escutando as críticas que são produzidas nestes *Encontros*. E é por isso que estas reuniões, num formato de retiro científico, têm tido ecos profundos e positivos nos seus participantes, proporcionando debates fecundos entre uns e outros que favorecem este trabalho com um cunho artesanal, muitas vezes ainda incipiente e preliminar. Estes têm sido os desafios a que nos propomos dar continuidade. É no caminhar permanente, mas determinado, que esta maneira de fazer ciência nos parece ser um percurso profícuo. E para já o desejo é continuar a experimentar e sondar outros temas porque as inquietações são muitas. O devir das socialidades e das sociabilidades humanas é cada vez mais aberto, incerto, indeterminado e envolto em



problemas novos ou revestidos de novos ingredientes, que vale a pena escrutinar através dos instrumentos que a Sociologia Pragmática nos dá justamente para os estudar como eles merecem ser estudados: com atenção e com finura. Esperamos estar à altura destes reptos instigantes.

Bibliografia

Foucault, M. (1991). Governmentality. In G. Burchell, C. Gordon & P. Miller (Orgs.). *The Foucault Effect. Studies in Governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault* (pp. 87–104). Chicago: The University Chicago Press.

Hobsbawm, E. J. (1990). *Nations and Nationalism Since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Linhardt, D. (2008). L'Etat et ses épreuves : éléments d'une sociologie des agencements étatiques. *Papiers de Recherche du CSI*, 9.

Trom, D. (2007). *La promesse et l'obstacle*. Paris: Cerf.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*. Paris: Éditions Métailié.

